

UMA PRÁTICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE: COLETIVO E TERRITÓRIO⁷

Anderson Santos⁸
Ana Carolina Perrella⁹
Adriana Simões Marino¹⁰

Vivemos um momento em que o medo do contato e das diferenças se faz presente no dia a dia da vida urbana, proliferando muros e cercas em diversos espaços que compõem a vida social. Nesse contexto, encontramos um empobrecimento das experiências coletivas frente ao imperativo das vivências individuais¹¹ ou, mais propriamente, individualizantes – bem conforme o modelo socioeconômico e de produção de uma subjetividade neoliberal. Desse modo é que encontramos a produção de modos de viver que afirmam e reafirmam uma lógica individualista, em prol do particular e da privatização da vida.

No entanto, o tecido urbano é também um espaço onde arte, invenção e resistência se fazem presentes, dando abertura a novos mundos possíveis. A privatização da vida reflete uma deflação de experiências sociocomunitárias e de intimidade, produzindo sofrimentos. Soma-se a isso, o recrudescimento de pautas conservadoras, a contínua perda de direitos sociais historicamente conquistados e o conseqüente aumento da precarização da vida.

É neste espaço carregado de contradições que se encontra, mais atualmente no Brasil, uma multidão de coletivos de psicanálise, construindo escutas abertas à vida na cidade. Esses grupos têm em comum a oportunidade de carregar, no exercício de suas práticas, um

⁷ Artigo atualizado e anteriormente publicado em francês na “Intervenir” (2022), edição nº 100 da Revista Chimères, fundada por Deleuze e Guattari.

⁸ Membro do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. Psicólogo, Psicanalista, Especialista em “Saúde Mental, Imigração e Interculturalidade” pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Mestrando no Programa de Pós-Graduação “Interdisciplinar em Ciências da Saúde”, no Departamento de “Saúde, Clínica e Instituições” da UNIFESP, campus baixada santista. Foi organizador dos livros “GUATTARI/KOGAWA. Rádio livre. Autonomia. Japão” (sobinfluência, 2020) e “Psicanálise e Esquizoanálise: diferença e composição” (n-1 edições, 2022). Contato:: contato.clinicand@gmail.com.

⁹ Membro do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. Doutora pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Contato: ana.carolina.perrella@gmail.com.

¹⁰ Membro do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. Mestre e doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Contato: adrianamarino@usp.br.

¹¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. v. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.

posicionamento ético-político permeado por uma perspectiva teórico-crítica implicada em experiências clínicas singulares imersas no caos produzido pelo sistema político-econômico e social em que vivemos. Ocupar espaços públicos, no atual cenário do país, carrega uma potência subversiva, uma vez que pode produzir fraturas nessa forma de vida urbana individualista e privatista, fechada e esvaziada de experiências e bons encontros.

Lacan explicitou que, caso não tivéssemos a subjetividade de nossa época em nosso horizonte, seria necessário renunciarmos à psicanálise¹². Este enunciado é de suma importância na medida em que aponta uma orientação que nos mobiliza mais além dos redutos dos consultórios privados e, com isso, contribuindo para que a própria psicanálise avance. Em tempos de automatismo, rechaço à alteridade e proliferação de muros e cercas¹³, retornamos à descoberta freudiana que fez o estranho inconsciente prevalecer sobre a razão da consciência – inclusive enquanto perambulava pelas praças de Viena, escutando seus pacientes.

Na medida em que nos dispomos a realizar uma clínica em um espaço público, arejamos a escuta atravessada pela vida que pulsa na cidade, atentando aos sinais da cena pública, dando espaço aos laços inconscientes que interpelam as cidades e os sujeitos que nela vivem e caminham pelas ruas. Os espaços públicos das cidades são mais que paisagens e passagens, são também espaços de circulação de afetos, encontros e potencial interlocução sobre aquilo que nos habita no cerne de uma noção ampla de comunidade. A nossa subjetividade é constituída na relação com os outros que nos cuidam e circundam. Isso ocorre não apenas em razão da nossa prematuridade constitutiva, mas também como condição simbólica para nos tornarmos humanos.

A rua é um espaço de inscrição das multiplicidades presentes na sociedade. São lugares sociais, afetos, formas de pensar e viver a vida, com as múltiplas experimentações que ali se produzem. Assim, o que uma escuta clínica permite sobressair não é a soma dessas multiplicidades, como pressupôs o utilitarismo benthamiano¹⁴, mas a realização de uma

¹² LACAN, Jacques (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em: *Escritos*. (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹³ DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹⁴ Amartya Sen observa que na teoria benthamiana tradicional, a utilidade é definida como prazer, felicidade ou satisfação individual. Em uma acepção contemporânea, a utilidade é entendida como realização de desejo. Trata-se da soma das utilidades realizadas ou não por cada indivíduo que, depois, são computadas conjuntamente na avaliação do bem-estar social. Em: SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

subtração oferecida à singularidade subjetiva imersa e atravessada pelo território.

No âmbito de uma conexão com essas multiplicidades, tal como uma série de variáveis (n), a escuta psicanalítica permite dar lugar ao um a um (n-1)¹⁵. Em outras palavras, trata-se de dar lugar à singularidade, considerando os atravessamentos socioculturais e políticos que contribuem para a produção de diferentes modos de sofrimento¹⁶, especialmente as intersecções em termos de gênero, raça, classe social, além de outros determinantes sociais que compõem a vida humana e geram opressão social¹⁷.

Neste texto, aproveitamos para formular e desenvolver algumas questões suscitadas a partir do trabalho com o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, como as condições para estabelecermos um espaço analítico sensível à singularidade subjetiva e também escutarmos o espaço público do território. Para isso, abordamos a dimensão do poder no bojo de coletivos que realizam práticas públicas de psicanálise, como no coletivo dos(as) autores(as) deste trabalho. O coletivo da Psicanálise na Praça Roosevelt, que atua no centro da cidade de São Paulo, desde meados de 2017, tem buscado, a cada oportunidade, apresentar e sustentar seu trabalho clínico, colocando-se como uma das trincheiras que as coletividades aportam enquanto possibilidade da produção de vida em comum. De certo modo, carregamos certa dose de ilusão para que possamos imaginar um devir cidadão com mais comuns e aberturas.

ONDE HÁ PODER, HÁ RESISTÊNCIA

Michel Foucault, no prefácio da versão estadunidense de “O anti-Édipo”, descreveu a obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari como uma introdução à vida não fascista e apresentou certo número de princípios essenciais nesse processo, dentre eles, destacamos um: o de não se apaixonar pelo poder.

De acordo com Foucault, o poder só existe em ato, é exercido por “uns” sobre os

¹⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix (1980). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

¹⁶ ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

¹⁷ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188. Tradução de Liane Schneider e Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em 21/02/2022.

“outros”¹⁸, sendo “menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” - no sentido de que o seu exercício consiste em “conduzir condutas”, estruturar o eventual campo de ação dos outros. Portanto, o poder encontra-se de modo capilar nas relações sociais, tanto como uma espécie de força que diz “não” quanto uma força que produz e permeia o corpo social – ou seja, é mais que uma instância negativa que institui relações disciplinares de mando e obediência, emergindo em outras formas de exercício de uma influência apassivadora do outro¹⁹. Mas por que nos encantamos pelo poder e como produzir um desapaixonamento do poder? Afinal, aprendemos a extrair algum prazer em ocupar lugares de poder, mas, talvez, não tenhamos bem apreendido seus antígenos.

Tenhamos em vista que, onde há poder, existe resistência²⁰. Com a psicanálise, lembremos da força da resistência oriunda do recalque de conteúdos intoleráveis ao poder da consciência de um sujeito. A castração não finda a força dos conflitos intrapsíquicos, ao contrário, atesta a imanência dos conflitos no cerne da constituição da subjetividade. Pensar o desapaixonamento do poder implica em dar valor ao conflito, Isso porque, além do poder não passar despercebido, também não é perpetuado passivamente, ao menos não sem alguns entraves, ou seja, também, resistências. Em instituições mais tradicionais, como a família, o exército ou em organizações de empresas, o exercício de dominação e submissão pode ser mais tangível e naturalizado em razão de suas estruturas hierárquicas.

No entanto, cabe salientar que a vontade de poder encontra-se imiscuída em diferentes contextos, mesmo que menos visíveis. Inclusive não exime analistas e seus diferentes agrupamentos – cujas aspirações de neutralidade não são nem absolutas bem como nem sempre garantem uma suficiente deflação egóica.

Lacan (1958), em seu texto “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”, abordou o poder que se encontra no cerne de uma análise. Um poder que já se apresentava na descoberta do fenômeno da transferência: a sugestão hipnótica. De acordo com Lacan, uma análise não deve ser um exercício do poder, justamente por contemplar um poder que já

¹⁸ FOUCAULT, Michel. Como se exerce o poder? Em: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2015, p. 45.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal; 1988.

atravessa a relação analítica²¹. Daí a orientação política na qual se encontra a posição ética de não fazer uso desse poder - ao qual o sujeito atribui ao analista -, de modo que o sujeito avance, produzindo um saber sobre seu inconsciente.

O trabalho do analista passa por um “entre” que deve ser colocado na forma de uma boa dose de insignificância de si, sem valer-se de qualquer prevalência por sobre o(s) outro(s). Importante ressaltar, então, que em situações nas quais há um apaixonamento pelo poder, somos afetados diretamente em nossos corpos, o que pode se apresentar de forma intransigente como um domínio, mesmo que seja sob uma fachada não autoritária, mas sentida como uma espécie de “flechada”, posto que fechada para o trabalho do inconsciente. Inclusive, em espaços de trabalho profundamente coletivizados, sem pretensões hierárquicas ou ideais francamente sedentos de poder, são situações que se refletem na forma de silenciamentos, ou seja, que impedem a circulação da palavra. Em outros termos, como referimos anteriormente, há uma resistência que se encontra no desejo de desejar - outra forma de dizer da resistência do sujeito em não se deixar assujeitar/silenciar.

No espaço analítico há algo da ordem da resistência, tanto como possibilidade quanto como impasse. Em 1914, Freud destacou que a teoria psicanalítica traz um aporte notável e prenhe de contradição: a transferência, que é o motor e a condição para que uma análise se dê, é – ao mesmo tempo – uma forma de resistência, isto é, uma força contrária que faz frente ao andamento de uma análise. Isso quer dizer que resistimos contrariamente a um saber sobre aquilo que sabemos inconscientemente. De maneira justa, ele diz: “toda corrente de investigação que reconheça esses dois fatos [transferência e resistência] e os veja como ponto de partida de seu trabalho pode se denominar psicanálise, mesmo quando chegue a resultados diferentes dos meus”²².

Guattari diz que “a questão não está em ser ou não ser um psicanalista, mas de saber qual é a utilidade, a oportunidade de se preocupar com a análise das formações do inconsciente”²³. Por meio desse breve recorte, pensamos na importância desse processo em

²¹ LACAN, Jacques (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

²² FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico (1914). Em: *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²³ GUATTARI, Félix. *La Philosophie est essentielle à l'existence humaine*. Entretien mené par Antoine Spire accompagné de Michel Field et de Emmanuel Hirsch, Paris, Éditions de l'Aube, 2002, p. 5-6. Disponível no Youtube.

não nos aprisionarmos somente na figura – ideal e prenhe de equívoco – do “psicanalista”, que, muitas vezes, encontra-se na batalha de um “suposto saber” o qual não existe sem perpassar um poder. Acreditamos que a potência micropolítica da psicanálise perpassa um não-lugar recrudescido, um “entre” composto de fluxos de palavras e silêncio. É neste espaço entre analista e analisando que o pensamento clínico é produzido conjuntamente e em constante movimento²⁴.

CLÍNICAS PÚBLICAS

Além do conhecido trabalho da psicanálise direcionado às elites burguesas de seu tempo, outra parte dessa história não foi devidamente mencionada em nossos mais ou menos tradicionais espaços de formação, como nas escolas de psicanálise, universidades e tradicionais livros de história da psicanálise. Felizmente, essa história foi recentemente levantada e publicada por Elizabeth Ann Danto que, em seu livro “As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social”, destaca a história do ativismo político dos analistas ao longo da história da psicanálise, mais especificamente, entre os anos 1918 a 1938.

A iniciativa da psicanálise voltada ao atendimento público data de 1920, quando Freud inaugurou, juntamente com analistas militantes, o oferecimento da psicanálise na Policlínica de Berlim. Psicanalistas que, objetivando o horizonte de um mundo mais justo, organizaram-se em momentos frágeis da humanidade, por exemplo, entre as duas Grandes Guerras e outras situações de emergência social. Para Freud, as clínicas públicas de sua época personificavam a coletividade dentro da psicanálise²⁵ e, para nós, é onde psicanalistas afirmam seu lugar no campo social, destacando o encontro entre psicanálise e luta social, contra as formas de violência policial, racista, patriarcal e capitalista.

Cabe ressaltar que, desde Freud, em seu entusiasmo com as clínicas públicas, e com Lacan, em suas inquietações e dissidências institucionais, sabe-se que o ato analítico comporta também um ato político. Nesse sentido, encontramos uma ressonância com o pensamento de Deleuze ao afirmar que “acontece de um militante político e um psicanalista encontrarem-se

²⁴ ZYGOURIS, Radmila. *Psicanálise e Psicoterapia*. São Paulo: Via Lettera, 2011.

²⁵ DANTO, Elizabeth Ann. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. Trad. Margarida Goldsztajn. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019.

na mesma pessoa e, em lugar de permanecerem isolados, eles não parem de se misturar, de interferir, de comunicar, de se tomar um pelo outro”²⁶.

Na última década (2010-2020), vivenciamos momentos de imensa tensão no Brasil. Podemos destacar as jornadas de junho de 2013, em que parte da juventude ocupou as ruas de diferentes cidades, tornando visível a crise da democracia representativa burguesa. Em 2016, tivemos um golpe orquestrado no Congresso Nacional, onde assistimos a um show de horrores durante a votação pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Em 2018, mais uma cena orquestrada do golpe se concretizou com a prisão de Luiz Inácio “Lula” da Silva, impedindo sua participação nas eleições presidenciais²⁷. Assim, encontramos o avanço do fascismo em nossa sociedade. Além desse cenário, em 2020, tivemos o início da Pandemia provocada pela Covid-19, cujas mortes foram menosprezadas pelo governo que esteve no poder entre 2018-2022, fomentando um discurso persistente de negacionismo.

Nosso coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt surgiu em junho de 2017, atrelado às experiências da Clínica Pública de Psicanálise, na Vila Itororó, e da Clínica Aberta de Psicanálise, na Casa do Povo, ambas iniciativas de psicanálise em espaços públicos realizadas na cidade de São Paulo. Embora cada uma dessas experiências possua traços singulares no que diz respeito à sua metodologia de trabalho, pode-se dizer que essas práticas se aproximam pelo fato de surgirem de um desejo político de analistas que, além de atuarem nos espaços públicos, ocupam esses espaços e apostam no encontro clínico sem a mediação do dinheiro para o trabalho analítico.

Apesar da intervenção clínica desse coletivo acontecer em um espaço público na cidade de São Paulo, também é um movimento de resistência diante dos processos de gentrificação que atravessam fortemente a metrópole paulistana, em especial, a Praça Roosevelt. Hoje, existe uma multiplicidade dessas iniciativas em outras cidades e Estados que seguem se espalhando pelo país. Assim como nas periferias das cidades, como a proposta de uma perifAnálise. São psicanalistas que também habitam esses territórios e reconhecem as violências produzidas pelo sistema capitalista. Mais do que isso, trazem novas formas de assumir o compromisso ético e político da clínica com uma população que se encontra

²⁶ DELEUZE, Gilles. *Três problemas de grupo*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. In DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos (1953-1974)*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

²⁷ Lula é o atual presidente do Brasil (2023-2026).

distante do acesso à uma análise. Um trabalho que, em meio às violências de Estado, atua contra a omissão, o apagamento da memória e da nossa história. Daí que o analista, desde a sua posição às margens, alia-se ao processo de fazer advir sujeitos de suas histórias.

Salientamos que esses diversos coletivos transitam por experiências de atendimento psicanalítico no âmbito público – sem vínculo com instituições ou com os serviços formais do Estado. Esses coletivos estão nas bordas e também nas margens das tradicionais instituições de psicanálise, mantendo assim uma abertura para pensarmos outras formas de se fazer psicanálise, desde a análise à formação continuada.

Diferentemente das clínicas públicas no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), as quais foram construídas a partir de dentro das instituições psicanalíticas, conduzindo à expulsão de membros, como ocorreu com a Clínica Social Anna Katrin Kemper, a emergência dessas novas clínicas públicas se deu por movimentos centrífugos às instituições de formação psicanalítica. Mais atualmente, os saberes produzidos nesses coletivos comportam um suficiente reconhecimento, apesar do lento debate em torno, por exemplo, de políticas de cotas e demais entraves à ampliação do acesso ao tratamento e à formação psicanalítica.

São questões que, até há bem pouco tempo, não foram pautadas ou mesmo eram desconsideradas majoritariamente nesses espaços, como se a questão do racismo, das violências de gênero, do sofrimento psíquico gerado pelo sistema capitalista estivessem distantes dos tradicionais consultórios particulares. Toda essa reviravolta não seria possível sem a interlocução e devida inclusão de autores(as) importantes como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, entre outras(os), na formação e no trabalho desses coletivos.

PSICANÁLISE NA PRAÇA: COMO FUNCIONA?

Em São Paulo, o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt faz funcionar uma clínica pública no centro da cidade²⁸. Essa clínica é um dispositivo que está continuamente em transformação, tanto em termos das reflexões sobre o fazer clínico, quanto, dialeticamente, para cada analista e cada analisante.

²⁸ Localizada na região central de São Paulo, é conhecida como um reduto de skatistas, artistas e boêmios. É um local repleto de manifestações culturais, políticas e de lazer.

O seu funcionamento é simples: qualquer pessoa que quiser ser atendida, basta ir à praça onde nos encontramos e solicitar o atendimento na nossa base²⁹. Assim, o nome dessa pessoa será anotado em um caderno e será chamada no momento em que houver um(a) psicanalista disponível. As chamadas acontecem por ordem de chegada, mas atentamos à prioridade de pessoas idosas, com deficiência, pessoas com crianças pequenas e situações que apareçam na base já muito agudas em termos de sofrimento.

Por ser uma grande praça, para nos localizar de uma maneira mais fácil, basta visualizar um grupo de pessoas em cadeiras coloridas de praia, ao lado de uma placa que anuncia o nome do coletivo, dia e horário de atendimento (sábados, das 14h às 17h). Em dias de chuva, atendemos em frente à praça, na SP Escola de Teatro.

As pessoas que buscam o atendimento no coletivo podem ir para um único atendimento, ou adentrar em um processo analítico – cujo tempo é tradicionalmente singular e não pré-determinado – sempre aos sábados. Os processos analíticos podem ser realizados no formato de rotatividade, isto é, com diferentes psicanalistas a cada vez, ou com um(a) mesmo(a) psicanalista.

Vale ressaltar que o processo de experimentação com a rotatividade, de sessões conduzidas por diferentes psicanalistas, vem sendo realizado desde o início deste trabalho coletivo, em 2017, e se trata de uma metodologia utilizada em outra prática pública de psicanálise, a saber, a Clínica Aberta de Psicanálise na Casa do Povo. Talvez essa modalidade de atendimento não seja conhecida no movimento psicanalítico, inclusive no Brasil – ao menos fora do contexto do sistema público de saúde brasileiro, em que os projetos terapêuticos são realizados por uma equipe multidisciplinar.

No início, essa modalidade era realizada de maneira compulsória – conforme o lastro histórico de nossa prática junto à Clínica Aberta de Psicanálise na Casa do Povo – e se fundamentava numa condição de sustentabilidade do projeto. Porém, por meio de nossas discussões coletivas, constatamos a necessidade de uma abertura para outros modos de operar o dispositivo, pois estar fechado a um único meio de realizar os atendimentos, determinado

²⁹ A base é onde ocorre o primeiro contato com as psicanalistas. É o local em que o grupo se situa – sentado em cadeiras de praia coloridas – e também onde as pessoas buscam tirar suas dúvidas sobre o projeto. Nota-se que a escuta é ativada antes mesmo de os atendimentos se iniciarem, visto que algumas pessoas compartilham suas histórias no momento em que se aproximam desse espaço da base.

previamente como uma condição, encontrava-se na contramão de certas modalidades de transferência. Somou-se a isso, um reconhecimento de efeitos iatrogênicos e limitações à condução clínica de muitos casos.

Esse trabalho na praça nos coloca em constante movimento, em processos contínuos de invenção e reinvenção da prática clínica. Questões como rotatividade, modalidades de transferência, intersecções de gênero, raça e classe, retrocessos sociais e políticos de nossos tempos e problemas internos ao coletivo são discutidas às terças-feiras, momento das nossas reuniões semanais. Essas reuniões foram nomeadas de “intervisões”, pois, além de autocríticas, fazemos a discussão dos casos de maneira coletiva entre nós. A presença de um supervisor externo ao coletivo se dá em momentos em que reconhecemos pontos não perceptíveis ou ensurdecidos cuja presença de alguém externo pode ser decisiva no tratamento das questões do próprio coletivo.

Em relação aos analistas, antes da pandemia, éramos um coletivo composto por

17 psicanalistas. Atualmente, estamos com 13 membros(as) em uma maioria de mulheres psicanalistas. Como o eixo do trabalho é o da psicanálise, isto não diz respeito apenas a profissionais oriundos da Psicologia. Assim, temos no coletivo psicanalistas de outras áreas de formação, por exemplo, membros(as) graduados em Letras, Pedagogia, Jornalismo e Direito.

Cabe mencionar que não determinamos regras em relação à quantidade de dias para a presença de cada membro nos atendimentos da praça. Isso porque entendemos que se trata das condições de possibilidade dadas por cada analista. Em outros termos, isso se endereça ao desejo de analista e ao compromisso ético com o trabalho, de modo que cada um(a) pode saber de seus horários disponíveis e como se organizar em relação aos atendimentos – mesmo quanto à importante organização em relação aos analisantes que passam com um(a) mesmo(a) psicanalista. No entanto, tendo em vista a organização do coletivo, as presenças aos sábados são sempre comunicadas e discutidas com sensibilidade. Ocupar espaços públicos não é somente uma aposta no sentido do ato analítico, mas também ato político bem situado frente aos retrocessos de nossa época.

PRAÇA COMO ESPAÇO DE SENSIBILIDADE

Partimos do princípio de que a praça não é um cenário onde são realizados os atendimentos, e sim um espaço feito de intensidades e agenciamentos que são produzidos e constituem o acontecimento clínico. Ou seja, uma clínica-praça é porosa ao que está à sua volta, já que incorpora em seu *setting* não só os elementos que fazem parte da vida do lugar, mas também suas variações. Notamos que essa porosidade exige de cada analista uma capacidade de se manter atento e sensível ao que se passa no espaço analítico, sem se fechar aos fluxos e intensidades que povoam o território.

Nesse sentido, uma prática analítica que se faz fora das quatro paredes do consultório está completamente exposta às interferências da vida urbana, desde os ruídos, cheiros e ritmos, além da violência e das mazelas sociais até os encontros que fazem proliferar as diferenças. Noutras palavras, não há uma proteção em relação ao cotidiano urbano. Dessa maneira, o exercício clínico no espaço público está sujeito ao acaso, às imprevisibilidades, aos acontecimentos que se dão na cidade, sem ter ou pretender nenhum tipo de controle sobre eles.

O espaço urbano torna-se então um componente ativo na situação analítica, produzindo agenciamentos e as mais diversas conexões. Neste caso, a praça Roosevelt pode se tornar uma zona de intensidades, de circulação do desejo, propiciando a irrupção de novos territórios existenciais. Portanto, a experiência de um coletivo no espaço urbano aponta para aquilo que é da singularidade subjetiva imersa numa praça atravessada pelas dinâmicas afetivas, socioculturais e políticas de uma cidade. Assim, a nossa aposta clínica e política se faz a partir da experimentação de uma prática analítica que se abre ao acaso, aos riscos e às incertezas da vida urbana.

É preciso fazer uma clínica – seja pública ou privada - antifascista, antirracista e antimanicomial. Afinal, é nesse espaço onde diversos sujeitos compartilham suas loucuras, desejos e vivências. É nesse espaço onde sujeitos não devem ser analisados como meros objetos de um saber-poder qualquer, mas como realidades em processo, onde o cuidado pode acontecer longe da lógica da colonialidade, da normatividade, do aprisionamento e outras formas de silenciamento

Recebido em: 24/10/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/cs.v1i23.69871>

 CC BY 4.0

Aceito em: 08/07/2024